

## **LUGARES DE MEMÓRIA: TRABALHO, COTIDIANO E MORADIA** *PLACES OF MEMORY: WORK, EVERYDAY LIFE AND HOUSING.*

Enviado em 13 de março de 2015

Aceito em 26 de abril de 2015

Flávia Brito do Nascimento<sup>1</sup>

Simone Scifoni<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende problematizar a noção de lugares de memória, a partir de uma reflexão sobre a realidade brasileira. Propõe-se superar a concepção original fundamentada na busca do nacional como fundador da tradição de memória coletiva, pensando os lugares de memória como aqueles nos quais foi possível compartilhar, no tempo, experiências sociais e cotidianas fundadas no trabalho. Neste sentido, o objetivo do trabalho é apresentar e refletir sobre a condição de proteção e valorização de determinados lugares de memória, abordando os casos da moradia operária e da luta sindical.

**Palavras-chave:** Lugar de memória operária. Habitação social. Luta sindical.

**Abstract:** This article problematizes the concept of "places of memory" by reflecting on the current reality in Brazil. The article proposes to overcome the traditional usage of nationalist discourse as the sole basis for the creation of collective memory by conceiving of "places of memory" as places where everyday social experiences based around the workplace have been shared throughout time. In this sense, the goal of this article is to present and reflect on the protection and valorization of certain "places of memory", focusing on cases of worker's housing and labor struggles.

**Keywords:** Working class place of memory. Social housing. Labor struggle.

### **INTRODUÇÃO: A NECESSIDADE DE REPENSAR A NOÇÃO**

Apesar de escrito e publicado há três décadas, *Leslieux de mémoire* (NORA, 1997), tem muito ainda a contribuir para pensar a temática da proteção e valorização do patrimônio cultural e da memória nacional. Entretanto é preciso, em primeiro lugar,

---

<sup>1</sup>Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: flaviabn2010@gmail.com

<sup>2</sup>Geógrafa. Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da FFLCH/USP.

problematizar a própria definição do termo quando se tem em conta as características específicas da realidade brasileira, em comparação com o contexto social francês no qual o autor o concebeu. Sendo assim, pensar a problemática dos lugares de memória com ênfase na realidade brasileira coloca novos desafios teórico-metodológicos.

Isso porque, para o autor, a ideia dos lugares de memória se apresentava como necessidade na França frente à preocupação com a perda da memória da constituição da Nação, um nacional carregado e mantido por meio de tradições coletivas, espontaneamente atualizado e vivo dentro dos grupos sociais. Isso se dava, entre outros motivos, porque a memória do nacional estava sendo questionada e colocada em xeque pela historiografia crítica, o que significava, portanto, que ela não mais se apresentava como o esteio de uma herança coletiva. Dizia o autor: “A nação não é mais o quadro unitário que encerrava consciência de coletividade” (NORA, 1997, p.12).

Assim sendo, o fim dessa tradição espontânea de memória colocava a necessidade de consagrar lugares, nas palavras do autor, nos quais onde ela ainda permanecia encarnada, tais como as festas, as comemorações, os dicionários, os monumentos, o hino nacional. Os lugares de memória tornaram-se necessários no momento em que a memória como prática social espontânea, como processo carnal não era mais central na sociedade. Era preciso, portanto, um esforço de inventariar os lugares de memória, buscar identificar aqueles objetos carregados de sentido simbólico e que se encontravam situados no abismo, ou seja, na dialética entre esquecimento/ lembrança, entre a ausência/presença de vontade de memória.

Entretanto um olhar sobre a realidade brasileira hoje, nos faz afirmar que é preciso nova abordagem quando se pensa os lugares de memória. É preciso perguntar: quais memórias encontram-se em risco de perda, em situação de abismo? Trabalhamos com a hipótese de que, ao contrário da memória da formação do nacional, como foi no caso da França, no Brasil encontra-se em risco de perda a memória do trabalho e do trabalhador. Sobretudo, quando pensamos na memória dos trabalhadores industriais urbanos, do operariado, que foi declarado sujeito social invisível após as mudanças no mundo do trabalho que se operaram ao longo da década de 1990, com a reestruturação produtiva e com a consolidação da ideologia e das políticas neoliberais.

Contraditoriamente, mesmo no momento atual em que se afirma cada vez mais o peso decisivo da produção de mercadorias industriais na vida cotidiana, para Beaud e Pialoux (2009), tornou-se impróprio e quase um tabu tratar dos problemas do mundo operário. Assim, não se fala mais do operário, mas agora da figura do colaborador, que neutraliza os conflitos e a luta de classe. Além disso, está em xeque a própria constituição da condição operária, doravante fragmentada entre situações diferentes e

opostas como o trabalho regulamentado *versus* a precarização. Neste contexto de mudanças profundas e complexificação do mundo do trabalho em que se declara a invisibilidade de um sujeito trabalhador, a memória operária encontra-se em risco, no abismo, como pensou Nora.

É urgente assim, um inventário dos lugares de memória operária, que coloque na centralidade da discussão a dimensão do cotidiano a partir das condições do trabalho na cidade, dos problemas da produção do morar e das lutas, seja pelo trabalho, seja pela apropriação e uso do espaço urbano. Para compor esse inventário, que deve ser esforço coletivo e interdisciplinar, por excelência, trazemos aqui como contribuição dois estudos de casos: os conjuntos residenciais do IAPI e os lugares de luta sindical.

Conceitualmente compreendemos os lugares da memória operária como aqueles constituídos a partir dos laços de identidade e de solidariedade de classe, moldados pela vida cotidiana marcada pelo ritmo da fábrica e pelas lutas e resistência ao processo de alienação no trabalho, atravessadas contraditoriamente pelas contingências da ordem distante, do mundial. Apoiamo-nos em estudos de Rébérioux (1992), que a partir da experiência francesa, propõe a classificação em diferentes categorias: lugares de trabalho, lugares de solidariedade e sociabilidade, lugares simbólicos. Por lugares de trabalho ela define a fábrica, a oficina e a usina. Como lugares de solidariedade e sociabilidade, ela destaca os cafés de Paris, onde se bebia, fumava, jogava ao final do século XIX, e onde se constituíram inúmeras associações operárias. São também lugares definidos pelo gênero, essencialmente masculinos e lugares de onde brotavam versos e canções que retratavam a vida no trabalho, as alegrias e tristezas, conflitos e solidariedade. “A usina, o café, a rememoração operária ali se detém quando se interrogam os velhos operários e eles nos oferecem suas lembranças a respeito daqueles lugares.” (*op.cit.*, p.53). Por fim, a autora apresenta os lugares simbólicos, aqueles carregados de memória militante e consciente, no sentido de rememorar a resistência contra a alienação da vida operária, lugares que simbolizam esta luta, suas perdas e vitórias. Em Paris, o Muro dos Federados, ligado aos eventos da Comuna de Paris, o lugar por excelência da memória militante, segundo a autora.

Entretanto, ao contrário do caminho proposto por Rébérioux, que começa na fábrica como o lugar central de memória operária, optamos no presente texto por uma abordagem diferente, refletindo sobre questões que nos parecem mais prementes para o caso brasileiro. Em primeiro lugar se faz necessário problematizar a questão do morar operário, a partir das experiências estatais de construção dos conjuntos residenciais de arquitetura moderna. Quais os desafios que se colocam para seu reconhecimento e

proteção como patrimônio cultural, bem como para a garantia de conservação da qualidade habitacional inerente aos projetos?

Em segundo lugar, nossa análise da memória operária nos leva aos lugares de luta e de organização dos trabalhadores, como aqueles em que se deu a apropriação da cidade e do espaço público. Para tanto, optamos por evidenciar um lugar que tomou a cena política nacional e no qual, modernamente, o trabalhador reconquistou seu papel de sujeito da própria história: o Estádio da Vila Euclides, *lócus* do chamado novo sindicalismo e das lutas pela redemocratização do país, em final dos anos 1970.

### **LUGARES DE MORADIA: OS CONJUNTOS RESIDENCIAIS DO IAPS**

O pressuposto de aproximação aos conjuntos residenciais enquanto lugares de memória se deu no seu entendimento como bens culturais, documentos históricos das formas de morar, da produção de habitação social, das formas de ocupação das cidades brasileiras, da sociabilidade operária e das políticas estatais para o trabalhador brasileiro, e produtos arquitetônicos exemplares das expressões modernas nacionais. Tendo-os como bens culturais frisamos que é necessário partir de adequado aporte teórico-metodológico e exaustivo conhecimento sobre suas peculiaridades. Na tentativa de compreensão da produção habitacional brasileira realizada, percebe-se que do ponto de vista físico, as modificações, alterações e degradações variaram conforme condicionantes muitos específicos dados pelos processos históricos de cada construção, ocupação e gestão ao longo do tempo, cujos principais temas se procurará mostrar adiante.

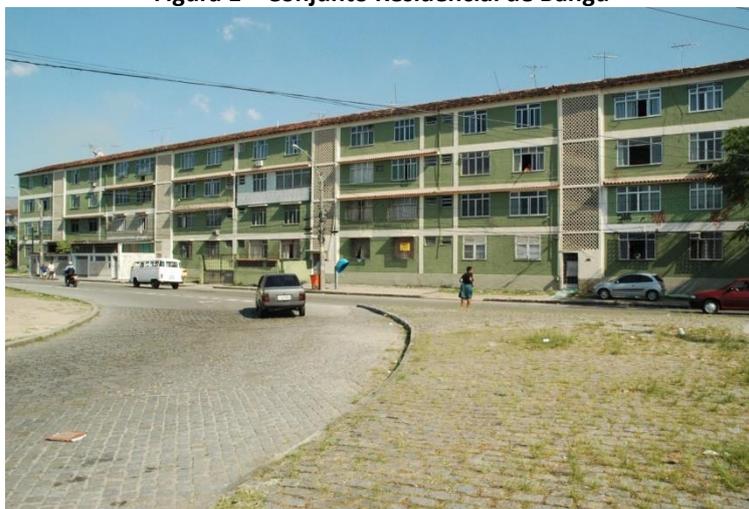
Para salvaguardar as construções residenciais públicas do pós-guerra, como fala a pesquisadora italiana Cerroti (2008) é preciso contemporizar entre conservar e inovar na dinâmica urbana, tendo-se em conta os valores arquitetônicos e ambientais. O ponto de partida seria compreender os valores dos conjuntos residenciais a serem legados às gerações futuras. Seriam todos patrimonializáveis? Malgrado as transformações existam e façam parte da realidade, qual é sua historicidade? O que preservar, o que transformar em face das necessidades na vida contemporânea e da eventual obsolescência dos modos de vida propostos originalmente?

A investigação dos problemas de preservação dos conjuntos residenciais brasileiros mostrou que a gama de fatores de conservação corresponde à vastidão da produção de habitação estatal entre os anos 1930 e 1960. Os grandes esforços do grupo de pesquisa “Pioneiros da Habitação Social no Brasil” (BONDUKI; KOURY, 2014) trataram de trazer ao conhecimento a vasta e riquíssima experiência habitacional brasileira do século XX, coadunadora de pensamento arquitetônico e urbanístico

moderno com realização estatal. São mais de 300 conjuntos residenciais estudados pelo grupo de pesquisa e com informações levantadas e processadas, construídos pelos diversos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPI, IAPB, IAPC, IPASE, IAPETEC), pelo Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro e pela Fundação da Casa Popular.

O universo dos conjuntos residenciais brasileiros construídos entre 1930 e 1960 é bastante amplo, não tendo havido homogeneidade na produção, com variações tipológicas, tecnológicas, urbanísticas e de filiação teórica. Uma de suas peculiaridades é o perfil da população residente. Ainda que muitos deles tenham sido vendidos ou repassados adiante pelos moradores originais, em alguns deles a configuração social se mantém, permanecendo os vínculos identitários e memoriais da época de implantação dos programas dos IAPs. As habitações são ocupadas pelos trabalhadores do Instituto que o construiu, o que, em muitos casos é determinando do estado de caracterização das edificações. É interessante observar que à época da ocupação dos conjuntos, como relatado em estudo sobre o Conjunto Residencial do Realengo, a relação dos moradores com a autoridade do Estado proprietário das casas no que se referia às regras de convivência, conduta e gestão das casas nem sempre era tranquila. A presença forte do Estado representado pelas assistentes sociais com proibições como a construção de muros entre as casas gerava tensões e conflitos (MANGABEIRA, 1986). Passados tantos anos da ocupação e da dissolução do programa de moradia estatal, restam os objetos os materiais e suas lembranças. Aos conflitos do passado se dão novas significações e, pelo que se pode observar, em geral os conjuntos do IAPI onde houve o projeto de moradia mais intenso, há mais vínculos afetivos e memoriais dos moradores com seus espaços, que são transformados em lugares de memória.

**Figura 1 – Conjunto Residencial de Bangu**



**Fonte:** Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social no Brasil, anos 2000.

Pode-se precisar com alguma acuidade o início do processo mais intenso de deterioração e abandono dos conjuntos residenciais construídos pelos IAPs. Ele coincide com o fim dos institutos e a venda das unidades residenciais. Tal processo aconteceu nos anos 60, quando teve fim a administração direta dos conjuntos pelos Institutos que eram essenciais ao projeto mais amplo de ideologia do trabalhador brasileiro. As habitações construídas durante o Estado Novo transcendiam os sentidos do mero teto que abriga; com elas se pretendia a conformação e educação do trabalhador. A administração das unidades não era apenas burocrática ou da propriedade, mas advinha de tais convicções e foi, muitas vezes, proximamente acompanhada de trabalhos sociais, nos quais as assistentes sociais tiveram papel ativo. Em maior ou menor grau, dependendo da localidade e época de inauguração, a administração pelos IAPs foi presente.

Principalmente nos conjuntos residenciais do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, o IAPI, houve a atuação direta e ativa das assistentes sociais nas mais diversas dimensões da vida, no âmbito privado ou público. Ensinar a cuidar da casa e das crianças, bem como organizar tarefas de sociabilidade como festas e recreações cabia no escopo das atividades da administração do conjunto e que fazem parte do quadro de memórias dos seus moradores. A venda das unidades residenciais dos Institutos significou a dissolução definitiva do projeto social, levando à gestão pelos moradores, restrita aos blocos residenciais, perdendo-se o sentido de unidade de vizinhança articuladas por diversos serviços, como escola, creche, posto de saúde e clube. Os moradores tiveram que se organizar em condomínios, cuja forma de criação determinou a divisão ou a unidade dos blocos, decorrente da própria capacidade associativa dos residentes. No Conjunto Residencial Santa Cruz, em São Paulo, construído pelo IAPB, os moradores de grande tradição sindical manejaram a criação de um condomínio para todos os blocos, assegurando sua unidade. Com isso, não houve o gradeamento isolado e individual de cada bloco, mas sim do conjunto inteiro. Outros conjuntos não tiveram tal fortuna, e os condomínios foram criados bloco a bloco, implicando no cercamento individual e na progressiva privatização dos espaços semipúblicos, como jardins e praças (FRASSON, 2000).

Há casos em que mesmo com a dissolução dos programas sociais e a destinação dos edifícios para outros usos, o simbolismo das edificações se perpetua, indo para além dos limites do conjunto. O Conjunto Residencial da Penha, construído no Rio de Janeiro no final da década de 1940 pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, quando esse foca a ação na construção de grandes conjuntos habitacionais conformados por blocos laminares de habitação coletiva, foi munido de uma grande área livre, uma escola e um clube, todos ainda extensamente utilizados

pela população. O Clube, hoje administrado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, segue conhecido pelo seu nome original, GREIP - Grêmio Recreativo e Esportivo dos Industriários. Criado pelos moradores em 1950, o GREIP manteve papel muito ativo no conjunto, promovendo práticas esportivas, festas, bailes, concursos de missas e transmissão de programas de rádio e de televisão. Tornou-se uma referência cultural e política do bairro da Penha, para fora dos limites do conjunto (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, s.d.).

No conjunto do Realengo, o primeiro construído pelo IAPI, muitos moradores lembram-se com certa nostalgia dos anos de administração inapariada e da vida social e comunitária que se tinha. O conjunto, conhecido por Moucouzinho ficou famoso por congrega militantes do Partido Comunista, e ainda conta com forte politização dos moradores, elegendo representantes do poder legislativo municipal e estadual. A luta pelo aproveitamento dos espaços do conjunto e por sua ressignificação pode ser compreendida na fala de uma moradora sobre a adaptação da caixa d'água para atividade cultural, que é símbolo dos conjuntos dos IAPIs: "A caixa já era para uso dos moradores do antigo IAPI no passado e uma iniciativa que reaproveite o prédio trazendo cultura, nos será ainda mais útil hoje". (MIGUEL, 2004). No Conjunto Residencial do Realengo a dissolução da identidade da comunidade de industriários extremamente politizada e ligada ao Partido Comunista Brasileiro, não por coincidência, se dá concomitante à criação do Banco Nacional de Habitação e o fim dos laços do IAPI com os seus moradores. O grau de identificação dos moradores atuais com os Institutos de Aposentadorias tem claros rebatimentos na preservação das habitações e seus equipamentos (MANGABEIRA, 1986).

**Figura 2 – Conjunto Residencial do Realengo**



**Fonte:** Acervo do Grupo de Pesquisa Pioneiros da Habitação Social no Brasil, anos 2000.

A permanência dos conjuntos residenciais brasileiros no espaço urbanos de diversas cidades brasileiras mostra o quão urgentes são as ações públicas que

valorizem, problematizando as críticas e os incorporando naquilo que tem de ganho à qualidade habitacional e que assegurem a sua permanência enquanto alternativa de moradia e na sua consideração com lugares de memória. Para cada conjunto são imprescindíveis estudos aprofundados que abarquem facetas arquitetônicas, a história do projeto, da construção e do órgão promotor, a trajetória dos edifícios de moradia e das áreas comuns ao longo do tempo, sem deixar para plano secundário o envolvimento participativo dos moradores. Sem o estudo caso a caso com a participação dos moradores, a tendência será a da reprodução de paradigmas tradicionais e ortodoxos de patrimônio que não condizem com as expectativas e os conceitos do século XXI. (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010; SILVEIRA; BEZERRA, 2007)

## **LUGARES DELUTA: O ESTÁDIO DE VILA EUCLIDES (SÃO BERNARDO DO CAMPO)**

Em finais da década de 1970, na metrópole paulista, mais especificamente na região industrial e operária do chamado ABC, em um contexto de arrocho salarial e consequente condições de vida e moradia precárias, além de restrições políticas oriundas da ditadura militar e que impediam a organização e manifestação dos trabalhadores, eclodiu um forte movimento operário, que tomou as ruas e praças da cidade de São Bernardo do Campo, berço da indústria automobilística nacional.

O principal *locus* dessas manifestações foi um pequenino e acanhado estádio de futebol, oficialmente denominado de Estádio Distrital General Arthur da Costa e Silva, mais conhecido como Estádio da Vila Euclides, nome do bairro onde se localiza. Ele se constituiu no principal marco espacial de um processo de tomada de consciência e organização dos operários metalúrgicos, uma vez que ali ocorreram as grandes assembleias de trabalhadores durante as greves de 1979 e 1980, reunindo cerca de 100 a 150 mil pessoas que lotaram o gramado, as arquibancadas e os muros de divisa.

O movimento operário ficou conhecido como novo sindicalismo e se consolidou e ganhou visibilidade com o ciclo de greves de 1978-1979-1980. Tratava-se da retomada da organização sindical de forma mais combativa e que rompia com o sindicalismo populista e assistencialista que vigorava até então. O ciclo de greves iniciava-se, em 1978, com a Greve da Scania, organizada por lideranças da própria fábrica e que pegou de surpresa até mesmo o sindicato. No ano seguinte, em campanha salarial, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo organiza-se e consegue a deflagração daquela que foi a primeira greve de categoria profissional depois da instituição do AI-5, em 1968.

Durante a greve de 1979, o crescimento do movimento demandou um novo lugar para as assembleias dos trabalhadores, cada vez mais apertadas na sede do sindicato. Conseguiu-se da prefeitura municipal a utilização do Estádio de Vila Euclides, que passou a ser conhecido, a partir daí, como a “casa do trabalhador”.

**Figura 3 – Assembleia dos Metalúrgicos lota o Estádio da Vila Euclides em abril de 1980**



**Fonte:** Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

**Figura 4 – Assembleia dos Metalúrgicos no Estádio da Vila Euclides durante a greve de 41 dias em 1980**



**Fonte:** Acervo do Serviço de Memória de São Bernardo do Campo.

Nas condições impostas pela ditadura política que vigorava neste momento, a cidade de São Bernardo do Campo transformou-se em campo de lutas no qual milhares de corpos ocuparam e resistiram, dando visibilidade a uma organização cotidiana.

O Estádio de Vila Euclides tornou-se, assim, suporte de memória do trabalhador, eleito pela via da luta operária, uma memória que envolve pelo menos três dimensões: de um lado a dimensão social, ou seja, a da construção da identidade deste grupo social, a partir de vivências e práticas cotidianas no processo de trabalho;

por outro lado, a dimensão política, dada pelo fato do movimento dos trabalhadores ter alcançado repercussão nacional e internacional, transformando-se em fato político do momento; e, por fim, a dimensão da cidadania, pois o movimento apontou para a reapropriação da cidade como espaço de luta (IPHAN, 2009).

Curiosamente, aquele que foi o principal palco do movimento operário contestador, do final da década de 1970, tem suas origens ligadas ao próprio processo de industrialização da região do ABC e, portanto, do estado de São Paulo. O estádio foi construído como parte integrante do espaço fabril de uma das mais modernas indústrias têxteis da região do ABC, a Sociedade Elni de Produtos Manufaturados Ltda. Essa empresa é representativa de um momento de transformação profunda do caráter da industrialização pelo qual o país passou na metade do século XX e do novo papel conferido a São Bernardo do Campo: o de moderno parque industrial do país, concentrando investimentos de capital nacional e internacional.

A Elni inovou por conceber junto ao seu espaço fabril uma praça de esportes com campo de futebol e quadra de esportes para lazer esportivo de seus funcionários dando origem ao estádio que mais tarde será conhecido como Vila Euclides. Como parte integrante do terreno da tecelagem Elni, o estádio testemunha as mudanças marcantes para a cidade no que diz respeito à concepção do espaço industrial, para além da unidade fabril propriamente dita. Ao contemplar funções outras, no caso a de lazer esportivo, demonstra, no agenciamento do espaço, as estratégias empregadas pelo capital para controle de sua força de trabalho.

As novas funções que o espaço industrial vai assimilando no século XX, tais como moradia, lazer, serviços médicos, aparecem como resposta das empresas frente a problemas de ordem técnica-econômica, mas também, social, principalmente frente ao crescente movimento operário reivindicando melhores condições de trabalho e vida (MOREIRA, 2007). De acordo com a autora, embora signifiquem benefícios, são ainda formas de controle total da vida do operariado.

Para os empresários, assim como para as instituições públicas e religiosas, o tempo livre do operariado deveria ser mais bem empregado, evitando-se os maus hábitos, os vícios e atividades improdutivas em geral, que poderiam corromper a moral e a disciplina do trabalho fabril (DECCA, 1989). Trata-se de um momento em que é necessário criar um novo trabalhador, necessário a expansão do capitalismo industrial no país. Estado e capital unem-se para promover ações voltadas a educação, esporte e lazer, patrocinando um amplo domínio sobre todos os campos da vida social.

Assim sendo, desde as primeiras décadas do século XX, iniciativas foram implementadas para tornar o lazer do operário mais “produtível e saudável” e o esporte e, particularmente, o futebol, têm papel fundamental neste momento. Isso

porque o futebol, como esporte coletivo, reforça a solidariedade e a cooperação entre os operários, valores necessários à produção industrial. Além disso, ao ser patrocinado pela empresa, auxilia na construção de uma identidade em torno da fábrica e do time da fábrica, combatendo uma possível identidade da classe operária a partir da luta e da reivindicação.

No entanto, concebido como parte de um programa fabril, no qual o esporte seria peça essencial para controlar os trabalhadores e garantir, assim, a disciplina necessária à linha de produção moderna e selar a solidariedade e a identidade com a marca da empresa, o Estádio da Vila Euclides testemunha outra trajetória a partir de finais da década de 1970, depois de sua desapropriação pela prefeitura municipal. O Estádio se torna o lugar da tomada da consciência e da identidade de classe. De lugar concebido para controlar o trabalhador, tornou-se o lugar da afirmação de sua liberdade e da sua constituição como sujeito coletivo, capaz de fazer sua própria história.

É no Estádio da Vila Euclides que a luta se amplia da esfera do operariado fabril para tornar-se uma autêntica demanda social, um lugar onde se fez história. O movimento canalizou um crescente descontentamento popular com a situação imposta pelo regime militar e, neste sentido, as assembleias e comemorações do 1º de Maio no Estádio da Vila Euclides foram agregando vários segmentos sociais, de políticos de oposição, estudantes, professores, atraídos pelo desejo de manifestação pública de mudança do país, fato que somente reforça o seu papel na memória nacional. Trata-se, assim, de um lugar de memória da luta social, que amplia o sentido da própria reivindicação operária em si mesma para uma demanda de transformação do país rumo à democratização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS LUGARES DE MEMÓRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO**

A valoração de bens culturais ligados à memória operária, como os conjuntos residenciais brasileiros e como os lugares da luta e resistência, apresenta muitos desafios. É no encontro dos necessários e aprofundados saberes técnicos com as experiências e valorações locais que pode construir novos sólidos laços que os possibilitem, se assim se concluir, permanecer às gerações futuras.

Segundo Menezes (1992), os lugares de memória de Nora são bastante operativos e úteis para articular práticas, agentes, referenciais e conteúdos de memória, pois condensam muitos sentidos da memória – materiais, simbólicos e

funcionais. Eles colocam, para as políticas de patrimônio, a necessidade de superar aquela visão monumentalista e estético-estilísticas arraigadas nas práticas dos órgãos de tutela, ampliando o olhar para os valores sociais, afetivos e memoriais que devem ser a base da preservação, como afirma a Constituição Federal de 1988, artigo 216.

A preservação dos lugares de memória operária fundamenta-se na trajetória de luta política dos trabalhadores e dá visibilidade aos espaços daqueles que por poucas vezes tiveram lugar e oportunidade. Adquire sentido também político, já que a memória é uma estratégia de transformação da sociedade, como o são, as práticas de preservação do patrimônio. Insere o mundo do trabalho na complexa teia das lembranças e dos esquecimentos que são as proteções por lei de artefatos da cultura material, ampliando suas possibilidades seletivas.

Pensar na manutenção dos conjuntos residenciais modernos e no reconhecimento dos espaços de luta operária é ultrapassar a fronteira da própria materialidade, mantida como um valor em si, mas pelos valores que estão nela representados.

É necessário entender o caráter não monolítico dos valores culturais, existindo múltiplas variantes de valoração, podendo ser cognitivas, formais, afetivas e até mesmo pragmáticas. Nos conjuntos residenciais e nos espaços de luta e resistência aqui tratados, moradores, estudiosos, usuários e cidadãos compartilham tais significações. Elas podem ser cognitivas porque são testemunhos de técnicas construtivas, de políticas de habitação, de dada estética arquitetônica e urbanística, formais na medida em que representam a estética de determinado momento, afetivas já que são espaços de viver queridos de inúmeras gerações e, finalmente, pragmáticas, pois justamente são o teto que abriga, a escola que ensina, o estádio que congrega ou a praça em que brincam centenas de crianças as em todo país.

## REFERÊNCIAS

BEAUD, Stéphane; PIALLOUX, Michel. **Retorno à condição operária**: investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo: Boitempo, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; ARAUJO, Guilherme Maciel. Patrimônio, valores e historiografia: a preservação do conjunto habitacional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – IAPI. **ArquiteturaRevista**, São Leopoldo, vol. 5, n. 1, p. 38-54, jan./jul. 2009.

CERROTI, Alessandra. Construções residenciais públicas em Roma no Segundo Pós-Guerra: O bairro. INCIS em Decima. **PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP**, São Paulo, n. 23, p. 194-199, 2008.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **Cotidiano de trabalhadores na República**: São Paulo 1889/1940. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FRASSON, Alexandra de Souza. **Habitação social e arquitetura moderna**: a apropriação dos conjuntos residenciais dos IAPs (1940-2000).2000. Dissertação (Mestrado) - EESC. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê de tombamento do Estádio da Vila Euclides, São Bernardo do Campo/SP**. São Paulo: Iphan, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

KUHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, vol.18, n. 2, p.287-320, jan./dez.2010.

MANGABEIRA, Wilma. **Lembranças de Moucouzinho (1943-1964)**: estudo de um conjunto residencial construído pelo Estado para os trabalhadores industriais.1986.Dissertação (Mestrado) - IUPERJ. Rio de Janeiro: 1986.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória**:patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.189-194.

\_\_\_\_\_. A história cativa da memória? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/USP**,São Paulo, v.34, p. 9-24, 1992.

MIGUEL, Anna Carolina. **Abastecimento cultural**. Disponível em:  
<<http://www.vivafavela.com.br>>. Acesso em: 12 ago. 2004.

MOREIRA, Danielle Couto. **Arquitetura ferroviária e industrial**: o caso das cidades de São João Del Rei e Juiz de Fora (1875-1930). Dissertação (Mestrado) – EESC. Universidade de São Paulo, 2007.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira/SP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 1, p.29-48, maio/out. 2010.

NORA, Pierre. **Leslieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997.

\_\_\_\_\_. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.

PORETTI, Sergio. Dal piano al patrimonio INA Casa. In: Capomolla, Rinaldo;Vittorini, Rosalia (org.). **L'architettura INA Casa (1949-1963):**aspetti e problemi di conservazione e recupero. Roma: Gangemi, 2003.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. **Ramos, Penha e Olaria**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, s/d.

RÉBÉRIOUX, Madeleine. Os lugares da memória operária. In: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória:** patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.47-56.

SILVA, Helga Santos. **Arquitetura moderna para a habitação popular:** a apropriação dos espaços no Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho).2006 Dissertação (Mestrado)-PROARQ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

SILVEIRA, Flávio da; BEZERRA, Márcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural:** diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.81-97.

SZÚCS, Carolina; TREIVELLA, Luciana; SOUZA, Marina. Preservando o patrimônio da Vila Operária do Saco dos Limões. In: SEGAWA, Hugo et al. SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL,5., 2003, São Carlos. **Anais do...** CD-ROM.